



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA CAROLINA FAGUNDES VIANA

**ARTIGO CIENTÍFICO<sup>1</sup>**

**A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA MEDIADA PELA LUDICIDADE:  
reflexos da BNCC na U.M.E.I creche Iracy de Souza Teixeira, em Moju-PA.**

**ABAETETUBA/PA**

**2023**

---

<sup>1</sup> Este Artigo Científico é uma atividade aceita, conforme a Instrução Normativa Nº 01/2023 – PROEG/UFPA.

ANA CAROLINA FAGUNDES VIANA

**A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA MEDIADA PELA  
LUDICIDADE:** reflexos da BNCC na U.M.E.I creche Iracy de Souza Teixeira, em MojuPA.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para obtenção de grau de licenciatura em pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves.

**ABAETETUBA/PA**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

Viana, Ana Carolina Fagundes.  
A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA MEDIADA  
PELA LUDICIDADE: : Reflexos da BNCC na U.M.E.I creche Iracy de Souza Teixeira em moju-PA / Ana  
Carolina Fagundes Viana. — 2023. V, 28. f.

Orientador(a): Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de  
Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Prática pedagógica . 2. Lúdico . 3. BNCC. 4. Creche . I. Título.

CDD 649.5

---

ANA CAROLINA FAGUNDES VIANA

**A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA MEDIADA PELA LUDICIDADE:**  
reflexos da BNCC na U.M.E.I creche Iracy de Souza Teixeira, em Moju-PA.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves – Orientador  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento – Membro  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA MEDIADA PELA LUDICIDADE:**  
reflexos da BNCC na U.M.E.I creche Iracy de Souza Teixeira, em Moju-PA.

Ana Carolina Fagundes Viana <sup>2</sup>

Orientador: Dr. João Paulo da Conceição Alves

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo principal analisar como se dá a construção da prática pedagógica na Educação Infantil mediada pela ludicidade, e quais os reflexos da BNCC neste processo. Tratou-se de uma pesquisa documental e de campo, realizada no município de Moju, em uma Unidade de Educação Infantil, tendo como colaboradoras seis professoras, que responderam à perguntas contidas em entrevistas semiestruturadas. A base teórica do trabalho está fundamentada a partir de autores como Kramer (2003), Kishimoto (1995), Luckesi (2014, 2015), Oliveira; Teixeira; Costa (2022), além de documentos normativos da educação básica como a BNCC (2017). Quanto aos resultados da pesquisa, estes indicaram que as docentes possuem um bom entendimento a respeito da ludicidade na Educação Infantil, compreendendo esta como uma forma rica de ensinar a criança e propicia-la um ensino significativo por meio das interações, brincadeiras e jogos, porém, embora a BNCC contribua de forma norteadora com as práticas lúdico-pedagógicas, dando suporte para as etapas de planejamento até a efetivação das atividades, ainda sim identificou-se por meio dos relatos que este documento não abrange como deveria as necessidades existentes nas diversas unidades de educação infantil para que os docentes ensinem ludicamente.

**Palavras-Chave:** Ludicidade. Prática Pedagógica. BNCC.

---

<sup>2</sup> Graduanda na Universidade Federal do Pará – UFPA; E-mail: anacarolinafagundes24@gmail.com

## ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze how the construction of pedagogical practice in Early Childhood Education mediated by playfulness takes place, and what are the reflexes of the BNCC in this process. It was a documentary and field research, carried out in municipality of Moju, in a Child Education Unit, with six teachers as collaborators, who answered questions contained in semi-structured interviews. The theoretical basis of the work is based on authors such as Kramer (2003), Kishimoto (1995), Luckesi (2014, 2015), Oliveira; Teixeira; Costa (2022), in addition to normative documents for basic education such as the BNCC (2017). As for the results of the research, they indicated that the teachers have a good understanding of playfulness in Early Childhood Education, understanding this as a rich way of teaching the child and providing it with meaningful teaching through interactions, games and games, however, although the BNCC contributes in a guiding way with the ludic-pedagogical practices, supporting the planning stages until the activities are carried out, it was still identified through the reports that this document does not cover, as it should, the existing needs in the various units of early childhood education so that teachers teach playfully.

**Keywords:** Ludicity. Pedagogical Practice. BNCC

## INTRODUÇÃO

Atualmente emerge a necessidade de que educadores e educadoras atuantes na Educação Infantil (EI), diante do contexto educacional e social e das demandas que se apresentam em sala de aula, estejam em uma procura constante pela construção de meios mais apropriados, inovadores e atrativos ao aprendizado de seus educandos, visando assim alcançar para os mesmos uma educação de maior qualidade, onde o aluno sinta-se sujeito ativo, parte fundamental nas didáticas apresentadas no dia-a-dia escolar.

Neste contexto, o lúdico por ser um componente característico da criança e da infância, representa uma potente ferramenta de mediação do conhecimento dentro do ambiente escolar, pois estimula a criança a aprender sobre si e o mundo de maneira prazerosa através de seus aspectos inatos, como imaginação, criatividade e curiosidade, o que contribui positivamente com a construção de práticas pedagógicas pautadas no bem estar infante, onde a criança aprende fazendo, vivenciando, conhecendo e experimentando diversas situações e sensações.

O brincar quando agregado ao educar, propicia aos pequenos uma melhor assimilação de conteúdo, favorecendo o seu desenvolvimento integral, tanto na esfera social quanto na cognitiva e afetiva (OLIVEIRA; Teixeira; COSTA, 2022). Deste modo, a EI deve ser vista como um espaço privilegiado para que tal recurso seja utilizado em prol da evolução dos pequenos, colaborando assim para que se desmistifique a ideia do lúdico apenas como função recreativa, e para que se efetive um ensino transformador e estimulante à busca constante do conhecimento pelas crianças.

Compartilhando da ideia de que o brincar é relevante para que os alunos de creches e pré-escolas desfrutem de um ensino significativo, documentos normativos da educação básica, como a BNCC, oferecem subsídios que ajudam educadores a nortear suas práticas pedagógicas a partir de dois eixos estruturantes (interações e brincadeiras), tornando-se assim importantes aliados para a promoção de um ensino atrelado aos direitos da criança e ao usufruto de uma educação que cuide, que estimule o desenvolvimento, a imaginação, e a reflexão de seu papel perante a sociedade.

Em face disso, entendendo a relevância dos documentos legais, enquanto balizadores para uma educação de qualidade, e identificando ser crucial que os docentes durante a formulação de suas propostas pedagógica, estejam em constante processo de diálogo com a BNCC, visando assim alcançar um aperfeiçoamento de suas práticas educacionais, a presente

pesquisa teve como foco principal investigar a seguinte questão: como a BNCC influencia a construção das práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil?

Como objetivo geral buscou-se analisar como se dá a construção da prática pedagógica na educação infantil mediada pela ludicidade e os reflexos da BNCC neste processo. Já os objetivos específicos foram estabelecidos da seguinte maneira: conhecer aspectos da formação lúdica das professoras; saber com que finalidades as atividades lúdicas são planejadas e averiguar quais aspectos da BNCC são levados em consideração na construção da prática pedagógica das educadoras.

Para se alcançar tais objetivos, definiu-se este estudo como sendo uma pesquisa documental e de campo. Sobre a pesquisa documental Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p.58) consideram que “é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno [...]”. Já a pesquisa de campo é definida como:

[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles. (MARCONI; LAKATOS, 2010 apud ANDRADE; SILVA, 2019, p.2)

O lócus escolhido para a pesquisa de campo foi a U.M.E.I Creche Iracy de Souza Teixeira que fica localizada no bairro Almir Gabriel em Moju-PA, a qual atende um público estimado em aproximadamente 252 alunos na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, oriundos especificamente de bairros da zona urbana do município. Esta unidade possui uma estrutura física boa que conta com 8 salas e 14 turmas, sendo duas dessas de berçários que funcionam em tempo integral.

A creche conta com um corpo docente estimado em 20 professoras, e a discente envolvida na pesquisa estendeu o convite de participação à todas estas, no entanto, deste quantitativo apenas seis professoras se disponibilizaram a participar do presente estudo. Deste modo, como método de coleta de dados, optou-se por realiza entrevistas semiestruturadas de forma individual com cada docente, as quais possibilitaram à autora deste trabalho, captar de forma clara e objetiva, por meio das perguntas previamente definidas e por outras que surgiram a partir destes questionamentos, informações relevantes sobre a vivência das docentes e dos alunos da creche visitada, de acordo com a temática abordada neste trabalho.

## **O LÚDICO NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Considerando ser o lúdico uma ação essencial ao ser infante e a sua vivência social e educacional, será apresentado uma discussão a respeito das transformações ocorridas na sociedade, as quais acarretaram novas concepções de crianças e contribuíram para que estas tivessem seus direitos básicos assegurados, como a própria ludicidade, a qual vem se consolidando como um instrumento de educação rico, potente e fundamental ao seu desenvolvimento infante no ambiente escolar.

### **Um breve histórico da educação infantil: transformações na forma de ver e de se trabalhar com as crianças.**

As concepções que prevalecem atualmente sobre o sujeito da criança na sociedade e também na Educação, são fruto de transformações ocorridas ao longo de séculos, as quais tiveram participação de diferentes esferas sociais, e contribuíram diretamente para o avanço de uma maneira mais retificada de ver a criança, de conceber a relevância de seu papel na sociedade, e conseqüentemente de inseri-la dentro de um espaço que vise o seu desenvolvimento social e cognitivo.

Neste viés, esta primeira seção, objetiva demonstrar que com relação a esfera educacional, esta contribuição foi e ainda é considerada como muito relevante até os dias atuais, já que as mudanças que constituem a história da Educação Infantil, se tornaram cruciais para que hoje a criança fosse vista como um sujeito ativo que interage, mas que também interfere no meio que vive, e que acima de tudo possui suas subjetividades, as quais precisam ser respeitadas durante toda a sua vivência escolar e social, conforme está disposto no RCNEI (1998, p.2122):

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circundam, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam, e por meio de brincadeiras, explicitam as condições de vida a questões submetidas e seus anseios e desejos.

Concepções como esta sobre a criança e suas forma de se desenvolver e de se relacionar com o mundo, eram inconcebíveis no Período medieval, onde a infância não era uma fase distinta da vida, a qual merecesse uma atenção ou respeito. Aqui a criança não possuía características próprias, e tão pouco obtinham o direito a um lugar destinado ao seu cuidado, a sua guarda, e menos ainda à sua educação, sofrendo assim privações ao lazer, sendo assim

tratada como um verdadeiro adulto em miniatura, o qual também era obrigado contribuir com a geração de lucros familiar (OLIVEIRA; PAIS, 2014).

Por décadas, as perspectivas relacionadas a criança se resumiram a estes juízos, até que na idade contemporânea, com o início da Revolução Industrial, que permitiu a ascensão do acesso de mulheres ao mercado de trabalho, a procura por locais que cuidassem dos menores, nesse momento de ausência familiar, cresceu abundantemente, o que desencadeou o nascimento das primeiras instituições voltadas à criança no Brasil, as quais a princípio não tinham objetivos pedagógicos e sim assistenciais.

A expansão deste tipo de instituição foi possibilitada pelos diversos mantenedores: a igreja, as empresas filantrópicas e os órgãos de assistência social. Este tipo de instituição caracterizava-se, desde já como mal necessário, destinado a cuidar de crianças enquanto suas mães estivessem nas fábricas, trabalhando (SILVA; SOUZA, 2017, p.191).

Em face da alta procura por estes espaços, começou a se desencadear uma terrível onda de maus tratos e desprezo infantil, provocado pela superlotação destes espaços assistencialistas, os quais passaram a enfrentar grandes dificuldades para abrigar todo o público que surgia, logo, crianças que eram deixadas nestes locais por que seus pais não queriam submetê-las ao trabalho infantil, começaram a ser afetadas de diversas maneiras, conforme descreve Rizzo (2003, p.31):

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passíveis.

O aumento do índice de abandono de criança nas ruas, foi um problema resultante desta situação desordenada causada pela falta /superlotação de espaços adequados a guarda de crianças, logo, estudos de educadores pioneiros nas pesquisas acerca da infância e da criança, como Froebel, Pestalozzi e Rousseau, foram cruciais para levar a sociedade um melhor entendimento sobre o papel da criança, bem como para que houvesse o desenvolvimento de melhorias com relação ao atendimento ofertado a este público, por parte do poder público.

Rousseau (1995 apud SANTANA, 2014), importante filósofo da época, analisava a criança como um ser pensante, que era diferente do adulto em vários aspectos, e que nascia desprovida de tudo, e somente por meio da educação, alcançaria tudo o que necessitará na sua vida adulta. Já Froebel e Pestalozzi viam as crianças como seres que eram bons por natureza, e

defendiam que os adultos precisavam aprender a respeitar estes sujeitos, sua liberdade, pureza e seu direito ao divertimento.

Com a expansão das ideias destes autores, o reconhecimento das particularidades infantis e da necessidade da educação de criança em espaços adequados, e principalmente com a visível insatisfação popular com a forma que as crianças estavam sendo tratadas, em 1988 na Constituição Federal, se estabeleceu que a educação para o público de 0 a 6 anos, seria a partir desta data considerada como um direito da criança, e um dever do estado, o qual é obrigado a disponibilizar espaços e também profissionais capacitados para atender a este público da maneira mais adequada possível.

A partir daí a criança ganhou o reconhecimento de seu lugar como cidadã na sociedade e passou a ter seus direitos como tal. Se antes eram meros indivíduos que precisavam de um espaço para ficar enquanto seus pais trabalhavam, hoje elas começaram a ter sua especificidade respeitada. Assistência à saúde e educação passaram a ser compreendidos como direito social de todas as crianças (KRAMER *et.al*, 2011).

Hoje a Educação Infantil além de ser reconhecida na LDB de 1996 como sendo a primeira etapa da educação básica, é também analisada como um fator importante para a formação intelectual e moral dos infantes, desempenhando uma função base para as futuras etapas de educação, visando assim promover o desenvolvimento integral dos aspectos cognitivos, motor, psicológico, social, físico e emocional das crianças de 0 a 6 anos. Kramer ao tratar sobre a educação infantil avalia como seu papel como importante, para:

Propiciar o desenvolvimento infantil, considerando os conhecimentos e valores culturais que as crianças já tem e, progressivamente, garantindo a ampliação dos conhecimentos, de forma a possibilitar a construção da autonomia, cooperação, criticidade, criatividade, responsabilidade, e a formação do autoconceito positivo, contribuindo, portanto, para a formação da cidadania. (KRAMER, 2003, p.49)

Todas as mudanças ocorridas na Educação no Brasil e no mundo, bem como os importantes avanços alcançados, as trajetórias históricas elencados até aqui, foram cruciais para que houvesse um olhar diferenciado para a criança, bem como para mudar as formas errôneas de avaliar seu papel no meio que vive. Antes consideradas como “mini adultos”, não tendo assim suas particularidades, como idade e fases de desenvolvimento respeitadas, hoje, analisadas como sujeitos ativos, que aprendem por meio de suas ações e interações, que ocupam um lugar de significativa relevância na sociedade e que muito tendem a contribuir com este espaço.

A seguir, uma discussão que exhibirá aspectos conceituais importantes sobre o lúdico como possibilidade de ferramenta de ensino nas práticas pedagógicas da Educação infantil, enfatizando que brincar, mais do que um momento de divertimento, é também uma forma de assegurar o direito infante ao lazer, e também de proporcionar as crianças um ensino relevante, com momentos agradáveis, que lhe motive a desenvolver o interesse pelo aprendizado.

### **A ludicidade na prática pedagógica: o brincar como direito da criança.**

O termo lúdico deriva do latim *ludus*, e segundo Ferreira (1986) possui duas significações: “relativo a jogo ou divertimento”, ou “que serve para divertir ou dar prazer”. Atualmente estas são definições ainda muito pertinentes na sociedade, no entanto, é nítido também que este termo vem englobando outras inúmeras formas de concepções que vem ressignificando a ludicidade para além do brincar e da recreação infantil, como poderemos perceber na discussão apresentada nesta seção.

Luckesi (2014) defende que a ludicidade é como um estado interno, que precisa ser sentido, e que não necessariamente tem de decorrer do divertimento e das brincadeiras, mas pode surgir de qualquer ato, desde que seja uma atividade que proporcione para aqueles que a realizam, uma sensação de plenitude. Oliosi (2016, p.1311) em consonância a esta ideia, aponta que “Não somente o brincar pode oferecer a ludicidade, até mesmo as ações mais simples e rotineiras da educação infantil podem ser lúdicas[...]”.

Desta forma, é possível perceber que no cotidiano da criança uma ação lúdica se efetiva extrapolando a ideia de um fazer por fazer, pois para ela o brincar torna-se um modo de entrega, que ela realiza por que lhe conduz a um misto de sensações simultaneamente. A partir disso, muitos estudos sobre a ludicidade, além de documentos legais da Educação Básica, vem reforçando a importância do lúdico dentro do processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil, no sentido deste enriquecer a prática pedagógica e potencializar descobertas, relações e aprendizados.

A utilização do lúdico na educação infantil oportuniza resultados riquíssimos na aprendizagem das crianças, pois ajuda a desenvolverem interesse nas atividades desenvolvidas pelo professor, nas suas relações interpessoais e no desenvolvimento de habilidades. (OLIVEIRA; TEIXEIRA; COSTA, 2022, p.66)

Neste viés, uma prática pedagógica construída por meio da ludicidade, envolve atividades onde não visam somente um resultado, mas também um conjunto de novas

experiências, de sensações, e desejos; despertados durante o ensino infantil. Logo, o educar agregado ao lúdico, não significa que se deva dispor diariamente de materiais concretos em sala de aula; mas sim disponibilizar à criança um ensino significativo, onde a educação lúdica se dê de maneira interna, envolvendo a participação, despertando o gosto, o prazer e o interesse pelo conhecimento (MIRANDA; FERREIRA, 2019).

Oliveira, Teixeira e Costa (2022, p.61) analisam que “o lúdico abrange todas as categorias do brincar, sendo eles os jogos, a brincadeira e o brinquedo”, os quais servem como potentes ferramentas para mediação de um ensino pautado nestes ideais, visto que são mecanismos que se estiverem presentes no cotidiano infantil, e se utilizados de forma direcionada pelo professor, isto é com objetivos pré-estabelecidos que visem alguma forma de aprendizado, são capazes de proporcionar aulas transformadoras, e estimulantes à aquisição/aprimoramento de habilidades dos pequenos.

Sobre o jogo Kishimoto (1995, p.55), avalia que este é:

Uma atividade lúdica que possui um elevado valor educativo, o seu uso no ambiente escolar tende a trazer inúmeras vantagens para o processo de ensino aprendizagem, o jogo é um impulso natural da criança funcionando, como um grande motivador para a mesma. É através do jogos que ela obterá prazer em realizar um esforço espontâneo e voluntário para alcançar o seu objetivo, o jogo mobiliza esquemas mentais, instigando o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, integra várias dimensões da personalidade afetiva, social, motora e também cognitiva da criança.

No que se refere as brincadeiras, além de serem defendidas nas DCNEI como um dos eixos estruturantes da EI, são também consideradas como ricas no que se refere a promoção do conhecimento, e predominantes durante todo o período da infância. Luckesi (2015, p.133) avalia que “a criança aprende brincando, portanto, pela ação”, logo, é nas brincadeiras que os movimentos da criança se intensificam, assim como sua liberdade de expressão, sua imaginação e seu diálogo com o mundo.

As brincadeiras na prática pedagógica, agem como estimuladoras da imaginação infantil, é com elas que os pequenos se idealizam em situações que extrapolam as barreiras impostas ao seu cotidiano, unindo o real ao seu imaginário. A criança na brincadeira se vê em diferentes papéis e em diferentes experiências, que as ajuda a desenvolver o seu raciocínio, sua percepção de mundo, sua criatividade, etc. conforme discorre o RCNEI (1998, p.28):

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma

compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos, e os diversos conhecimentos.

O docente que introduz brincadeiras como forma de aprendizagem, necessita as ver como atividades lúdicas significativas que são, estabelecendo antes de tudo um planejamento, que deve ir desde a apresentação da brincadeira para os alunos, até a definição de quais os objetivos pedagógicos que se pretende alcançar durante toda a dinâmica que será realizada (OLIVEIRA; TEIXEIRA; COSTA, 2022).

Com relação ao brinquedo, analisa-se que por este ser um objeto manipulável, atrai com facilidade a atenção da criança, pois age mobilizando os seus desejos e preenchendo sua necessidade de ter algo para tocar, jogar, modificar, etc. “O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los” (KISHIMOTO, 1995 p.49).

Esta mesma autora pontua que o brinquedo possui uma característica predominante, que se refere a indeterminação quanto ao seu uso. Vigotsky (2007, p.111) considera esta característica como importante ao trazer o seguinte questionamento “O que restaria se o brinquedo fosse estruturado de maneira que não houvesse situações imagináveis? Restariam regras.” E é exatamente este fator de ausência de regras na sua utilização, que faz do brinquedo um relevante material lúdico estimulador do desenvolvimento infantil no espaço escolar.

Compreende-se a partir da discussão apresentada até aqui, que o lúdico e suas manifestações, propicia na EI um ensino aliado ao divertimento, a interatividade, a descoberta contínua do sujeito sobre sí, e deste com o mundo, e principalmente ao atendimento dos direitos da criança. Luckesi (2014, p. 21-22) avalia que nas práticas pedagógicas mediadas pela ludicidade, o professor é uma peça crucial, que precisa ter consciência quanto a este papel, para assim atuar de forma colaborativa com seus alunos, pois “se ele for competente sua sala também o será, se ele for amistoso, sua sala também o será, se ele for agressivo sua sala também o será; se for lúdico, sua sala também o será”.

A partir disso, entendendo que as políticas educacionais se configuram como importantes subsídios para uma educação transformadora, apontaremos a seguir os principais documentos normativos que regem atualmente a educação básica, os quais foram se constituindo e se adequando ao longo dos anos, visando melhorar as condições da educação ofertada, consequentemente contribuindo para o desenvolvimento de alunos e também dos professores da EI.

## **A Educação Infantil nas Políticas Educacionais do Brasil.**

Assim como a Constituição Federal de 1988 foi de extrema importância para que a criança passasse a ser analisada como cidadã possuidora de direitos na sociedade, ela também é considerada como um importante marco no que se refere as Políticas Educacionais brasileiras destinadas a Educação Infantil. Andrade e Silva (2019) avaliam que é inevitável discutir sobre as políticas públicas educacionais e não citar a CF de 1988, se partirmos do pressuposto de que este é um documento que estipula os direitos e os deveres assegurados à toda a sociedade.

Com a promulgação na Constituição Federal de que é de direito da criança usufruir do atendimento público educacional gratuito, ações governamentais mais efetivas se firmaram desde então como fortalecedoras na busca por uma educação infantil de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos de idade, bem como pela garantia deste e de outros direitos básicos, como saúde, lazer, cultura, etc. reafirmados posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nagel (apud MOREIRA, LARA, 2012, p.62) conceitua política educacional como sendo “um conjunto de medidas agilizadas e sistematizadas pelo governo para atuar, com maior eficiência, nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens já instituídos ou em constante renovação.” Partindo disso, avalia-se que as políticas para a educação, são constituídas visando garantir o respeito, a equidade, a proteção e a asseguaração dos direitos da criança, além de possuírem forte influência no cotidiano de creches e pré-escolas, pois estão comumente ligadas à questões do currículo, a formação docente, e a prática com as crianças.

Neste contexto, compreendendo ser de suma importância o diálogo constante destas instituições com os documentos auxiliares da educação básica, serão discutidos quatro políticas educacionais importantes, para que se efetive um ensino de qualidade atrelado ao direitos sociais da criança e a seu bem estar físico e cognitivo, sendo estas: a Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Posteriormente às definições na Constituição Federal sobre os direitos da criança, e o dever do Estado frente a isso, e com as reformas que vinha sofrendo em sua proposta, a Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, foi sendo delineada como uma das primeiras e mais relevantes Políticas Nacionais para a Educação Infantil, já que nela se deliberou que a EI seria parte integrante da Educação Básica a partir desta data, apontando também a sua função enquanto etapa de ensino.

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996)

Posteriormente em seu artigo 30, este documento também determinou como deve se dar a forma de oferta desta educação, devendo ocorrer por meio de:

- I. Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II. Pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL, 1996)

Hoje mesmo após completar mais de duas décadas de existência, com algumas modificações sofridas ao longo deste período, a LDB ainda é considerada como um documento que contribuiu inteiramente para que esta etapa deixasse de ser analisada unicamente sob uma perspectiva independente, e assistencialista. Brito (2014 apud FIGUEIREDO; RASPANTE; SOUZA, 2022) avaliam que a LDB deu ênfase a EI, que a partir de então passou a ser reconhecida como um meio de sanar a desigualdade social e de preparar os pequenos para a etapa seguinte.

Seguindo uma sequência temporal de reafirmação dos preceitos legais estipulados na Constituição Federal e na LDB, no final da década de 90 tem-se a aprovação das DCNEI, as quais foram revistas no ano de 2009, mas continuam prevalecendo como um documento de caráter mandatório, que vem oferecendo desde a sua origem, orientações de como devem ser organizadas as propostas pedagógicas de creches e pré-escolas.

Artigo 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2009).

Neste contexto, em consonância ao que está disposto nos artigos 12 e 13 da LDB, onde se estipula que as unidades de ensino, gestão e professores devem participar tanto da elaboração quanto da execução das propostas pedagógicas dessas instituições, as DCNEI, vem indicar o que fazer e como fazer, nas questões que se referem ao currículo escolar. Sobre a definição de currículo da EI, este documento o caracteriza em seu 3º artigo:

Como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009).

O atual modelo das DCNEI, também expõe além deste conceito, concepções de, criança e de Educação Infantil, as quais orientam o estabelecimento destas diretrizes para esta etapa de ensino; uma importante contribuição para os profissionais de educação envolvidos neste processo de elaboração das propostas pedagógicas e curriculares, já que ao contrário das DCNEI de 1999, onde apenas se orientava que fosse realizado este trabalho, mas sem trazer nenhuma concepção que desse embasamento teórico aos profissionais de educação (AMORIM; DIAS, 2012)

A apresentação nas diretrizes destas concepções, assim como das próprias diretrizes em sua amplitude, são cruciais para que aqueles que participam desta construção coletiva da proposta pedagógica de suas instituições, entendam todo o processo que antecede a efetivação, como importante tanto para o sucesso de uma dada realidade educacional, como também para o desenvolvimento integral do sujeito da criança, que precisa ser analisada como protagonista ao longo de todas as atividades referentes ao currículo.

Ainda sob o intuito de garantir uma educação de qualidade, ampliar o acesso às instituições de educação infantil, diminuir a desigualdade brasileira, e melhorar o investimento na educação básica, em colaboração com o Distrito Federal, Estados e municípios, é elaborado pela União, o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual possui um período de vigência do PNE que equivale a 10 anos, indo assim de 2014 até o ano 2024. Dentre as metas contidas no Plano Nacional de Educação, que englobam a educação infantil em suas propostas temos:

**Meta 1:** Universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

**Meta 4:** Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhora do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais de para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Carneiro (p.23, 2015), avalia que o PNE deveria em tese colaborar para que o cumprimento do que foi disposto na LDB se efetivasse, já que seu texto trabalha “com metas, estratégias e mecanismos formais de acompanhamento.” Porém, Cury (2007 apud FIGUEIREDO; RASPANTE; SOUZA, 2022) corrobora que mesmo dispondo deste vasto tempo e de objetivos e metas quantitativas e qualitativas, possíveis de serem concretizados, ainda sim a falta de investimento na educação básica, e portanto na educação infantil, tem sido um grande empecilho para que isso de fato ocorra na prática.

Por último e não menos importante dentre as políticas que discorrem sobre educação infantil, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em sua última versão em 22 de dezembro de 2017, é considerada uma das políticas educacionais mais influentes na educação básica, pois oferece suporte e direcionamentos importantes e necessários para que os diversos sistemas de ensino municipais, saibam desenvolver propostas curriculares que identifiquem as necessidades e particularidades dos alunos da EI e de outras etapas de ensino.

Tendo como base os dois eixos estruturantes da EI (interações e brincadeira), esta política estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, dentre eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se; além de cinco campos de experiência que foram definidos considerando estes direitos citados, e são colocados na seguinte ordem: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Brasil (2017) pondera que a BNCC trata-se de um documento de caráter normativo, o qual constituído com o intuito principal de orientar as instituições educacionais, definindo assim um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os educandos devem desenvolver no decorrer de sua trajetória pelas etapas de ensino, de modo a que tenham garantidos os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme ordenado no Plano Nacional de Educação.

Logo, esta é uma política que veio para contribuir principalmente com as práticas curriculares na educação básica, defendendo o estabelecimento de uma educação igualitária, onde todos tem o direito de aprender, preconizando que escola e professores devem garantir a seus alunos, as mesmas oportunidades de desenvolvimento, e estipulando quais são os

direitos/objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como os campos de experiências, que devem ser respeitados e trabalhados em sala de aula.

A partir do entendimento de que a BNCC “é a base para a renovação, e o aprimoramento da educação básica como um todo” (BRASIL, 2015, p.1), serão apresentados nas seções seguintes os resultados obtidos na pesquisa de campo, os quais trazem à tona indicadores importantes sobre a relevância da ludicidade para o trabalho docente e para o desenvolvimento infante, e também emergiram questões pertinentes a respeito do papel da BNCC frente as práticas educacionais evidenciadas, bem como para a própria EI.

### **O LÚDICO E A BNCC NA PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORAS DA CRECHE IRACY DE SOUZA TEIXEIRA.**

A presente pesquisa ocorreu em uma creche, localizada no município de Moju/PA, a qual atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Para que se efetivasse as análises que aqui serão evidenciadas e problematizadas, contou-se com a colaboração de seis docentes que se disponibilizaram a participar de entrevistas semiestruturadas, ambas possuem idade entre 30 a 55 anos, escolaridade no ensino superior, e experiência profissional na área de educação acima de 10 anos. Neste viés, afim de possibilitar uma melhor compreensão das falas transcritas, e também preservar a identidade de cada professora, iremos nos referir as mesmas como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

#### **A ludicidade na perspectiva das professoras da creche.**

As definições de ludicidade possuem atualmente inúmeras variações, que por vezes estão atreladas a questões sociais, culturais, de tradição, de costumes e de identidade. Luckesi (2014, p. 13) corrobora que a ludicidade não é um termo que possa ser comumente dicionarizado, e sim é uma palavra que devagar vai sendo criada, conforme se adquire um maior e melhor entendimento sobre a sua real definição “tanto em conotação (significado), quanto em extensão (o conjunto de experiências que podem ser abrangidas por ele)”.

Deste modo, avalia-se que a experiência que cada sujeito adquire ao longo de sua vivência, juntamente com suas lembranças, sentimentos e emoções particulares influenciam diretamente na forma de dar significado a uma palavra, neste caso específico, a palavra

ludicidade. Quando questionadas sobre qual o seu entendimento a respeito da ludicidade, duas das seis entrevistadas responderam o seguinte:

Olha pra mim ludicidade é alegria, é tudo que envolve as brincadeiras, os jogos, o prazer da criança. Olha, a dinâmica do espelho é uma dinâmica bem lúdica, né, a gente também tem jogos, que a gente gosta de tá brincando também assim, materiais pedagógicos, né, isso que ajuda a criança a se desenvolver melhor, a interagir melhor com o ambiente, com a gente e com outras crianças, na família e também na sociedade como um todo, entende (P1).

Ludicidade no meu entendimento é jogos, é brincadeiras, é tu trazer alegria pra criança, e é também tudo aquilo que tu tira o foco do papel, tu tá ensinando mas não tá utilizando quadro, caderno, e sim os jogos, as brincadeiras, dança, música, teatro. Então pra mim a ludicidade se resume a isso é você tirar o foco das coisas conteudistas, e usar meios mais práticos e atrativos para promover o aprendizado (P5).

Os relatos destas duas professoras, mesmo demonstrando modos particulares de compreensão sobre a ludicidade se assemelham, ao trazerem coincidências no modo de caracterizar o lúdico como algo relativo a brincadeiras e jogos; e se complementam ao evidenciar a importância da ludicidade para as respectivas práticas pedagógicas e para a própria criança, como um recurso capaz de possibilitar um ensino significativo que cativa na criança o interesse e o prazer em aprender por meio do lúdico. As demais docentes participantes da pesquisa também apresentaram formas parecidas a esta, de descrição do lúdico, que serão evidenciadas posteriormente.

Para Violada (2011) as brincadeiras e os jogos na educação infantil, consistem na maneira mais natural de despertar na criança a atenção por alguma atividade. No entanto, a entrevistada p6, ao expor situações rotineiras, defende que esta seja uma característica da ludicidade como um todo.

A ludicidade ela é crucial por que é ela que vai te ajudar na parte de você saber como utilizar meios, estratégias pra ti prender aquela criança, aquele pouquinho de atenção que ela tem, pra ti conseguir extrair dela o teu objetivo. Então por exemplo tu vai ensinar cores pra ela, você não pode apenas chegar e falar ah esse aqui é o amarelo, esse é o azul, não dá pra fazer isso, então tu tem que criar estratégias de aprendizado, então a ludicidade é importante nesse sentido, a criança aprende sem saber, sem entender de forma conteudista, aquilo que a gente quer passar pra ela (P6).

As falas das professoras demonstram uma perspectiva de ensino lúdico que encontra-se atrelado a diversos fatores nas práticas pedagógicas das mesmas, não somente aos objetos concretos, mas à atividades que podem ser vividas e experienciadas diariamente, em diversos espaços e em diversas circunstâncias rotineiras pensadas pelas docentes durante o seu planejamento. Além disso as narrativas explanam a importância do lúdico não somente para

esta creche, mas para a educação infantil de forma geral, bem como para o desenvolvimento das crianças como um todo.

A ludicidade tem tudo a ver com a questão de tu trazer estratégias diferentes que não sejam voltadas apenas para a questão de conteúdo. Acho que... acho não tenho certeza, que existem muitas formas da criança aprender através do brincar, através deste contato visual, com instrumentos, que é a questão do lúdico mesmo, então o brincar na educação infantil ele é de extrema importância, por que com a criança não dá, eu pelo menos não sei como trabalhar se não for por meio da ludicidade, por meio do brincar, se não for usando objetos concretos para mediar o conhecimento (P2).

As DCNEI (2017, p.37) em seu Artigo 9º concebem que as interações e brincadeiras devem ser fixadas como eixos norteadores das práticas pedagógicas da EI, garantindo experiências que favoreçam o alcance do conhecimento pelas crianças, onde estas “possam construir e apropriarse de conhecimentos por meio suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização”. Contudo, ao contrário da creche visitada, não podemos negligenciar as inúmeras instituições de ensino infantil, que evidenciam que na prática nem sempre há condições para se concretizar o que propõe tal documento, o que remete à problemática de descaso do poder público com a falta de valorização efetiva do lúdico como ferramenta potente de desenvolvimento.

Quando falamos em ensinar de forma lúdica, e gente tem que ver que existem escolas e escolas, umas que te dá condições, e tem as que não te dá condições pra ti fazer. Tem escola por exemplo que tu vai chegar e a escola tem material que tu vai conseguir construir, e tem lugar que tu não vai conseguir construir, por que tu não pode tá tirando todo tempo recursos do teu bolso, e isso é uma realidade de inúmeras escolas, inúmeras. Então dependendo da onde tu tá inserida, a ludicidade ela se mostra sim uma ferramenta essencial, mas aí nem sempre tu tem vai ter todo o suporte, e parâmetros pra ti trabalhar (p3).

Logo, além de haver a falta de unidades de EI suficientes à todo o público infante, há também as creches e pré-escolas que sofrem com a escassez de investimentos, que acarretam na pouca, ou em muitas situações na própria ausência, de disponibilidade de materiais lúdico-pedagógicos adequados, bem como espaços apropriados para a realização de dinâmicas que trabalhem a corporeidade, as brincadeiras, ou seja, o brincar em sua amplitude.

Estes certamente são fatores que conseqüentemente acabam afetando o desenvolvimento/incentivo à criação de métodos e técnicas lúdicas, que em muitas situações acabam ficando somente na teoria dos currículos escolares, das políticas educacionais, ou, conforme iremos apresentar na seguinte seção, nos planejamentos feitos pelos próprios professores.

## **O planejamento escolar na Educação Infantil.**

O processo educativo de qualquer sujeito em qualquer etapa de ensino, tem o professor e a escola como peças fundamentais para que sejam estabelecidos meios adequados para que o currículo escolar ocorra de forma efetiva e não desorganizada ou incoerente com as subjetividades e os deveres das instituições, e com os interesses e os direitos dos próprios alunos. Dentre estes meios, a etapa referente ao planejamento escolar, se configura como atividade crucial para o desenvolvimento de uma boa prática pedagógica, no sentido de oportunizar momentos de reflexão sobre que rumos seguir, para alcançar o desenvolvimento escolar dos sujeitos. Segundo Libâneo (2008, p.221),

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas também é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Deste modo, ao decidir levar o lúdico para a EI o professor precisa obter um planejamento adequado, para o desenvolvimento de práticas educativas que utilize de ações propícias ao aprendizado de seus alunos, em diversos momentos, lugares e circunstâncias. Rosa (2003, p.40) avalia que “o lúdico deve ser visto e praticado de forma consciente, pois não é mera diversão ou preenchimento de tempo, e sim um fator essencial para uma educação de qualidade ao indivíduo. A ideia desta autora está integrada nas narrativas a seguir:

Aqui na creche a gente fala que não é um brincar por brincar só por brincar, é um brincar com uma visão, um objetivo. Então tudo tem que passar por um planejamento, não adianta você colocar lá as crianças e deixar elas fazer o que quiser, tem que ter um planejamento prévio, por que até mesmo com as crianças pequenas, que é o nosso caso, você tem que entender que tudo tem riscos, que ela vai correr, e se ela cair, e se ela se machucar, o material escolhido está de acordo com a faixa etária dela, ele não é ponte agudo[...] então todas as atividades, sejam elas lúdicas ou não, a gente tem que visualizar muita coisa. (p.2)

O planejamento ele é de suma importância pra gente aqui na creche, tanto é que existe aqui um planejamento quinzenal feito por nós, onde nesse planejamento, a gente estipula os objetivos que a gente pretende alcançar, os recursos também tem que ser vistos, essas coisas. Aqui as crianças não podem brincar por brincar, tem que ter sempre um objetivo a se seguir, se é pra promover a interação, se é pra estimular a motricidade, os objetivos eles variam muito conforme a temática que estamos trabalhando (p4).

Este trabalho em coletividade entre o professor e escola, é crucial, para que durante as atividades lúdicas haja um direcionamento das ações, visando assim a desmistificação da brincadeira como algo livre sem pretensão nenhuma, focando assim no aspecto pedagógico, em que se estimule a interação social entre as crianças e se promova habilidades intelectuais que respaldem a sua trajetória escolar pela EI (OLIVEIRA; TEIXEIRA E COSTA, 2022). Logo, é preciso que o docente ao planejar para crianças as atividades lúdicas, leve em consideração que durante este processo de direcionamento das ações, uma gama de situações pode ocorrer, e o docente precisa estar preparado para atender a estas demandas, conforme destaca a quinta entrevistada:

Pra você levar o lúdico pra sala de aula, você tem que ter uma dosagem, não pode exagerar muito, por que as vezes as crianças não se sentem seguros com algo que para nós era comum, como por exemplo no dia que a colega se fantasiou de borboleta e veio pra sala de aula de máscara para fazer uma apresentação pra eles, e alguns se assustaram, e até choraram, então você tem que ter um jogo de cintura nessas horas e pegar essas situações como experiências. Então trabalhar com a ludicidade na creche exige um cuidado quando você for planejar, quando você for estabelecer os seu objetivos, pra você não se perder, por que com crianças a gente não pode se perder (p5).

Neste viés, planejar é pensar ações que refletem sobre a prática pedagógica, mas sobre tudo, que refletem e também interferem na vida e no desenvolvimento dos próprios sujeitos a quem se está educando. Logo, o planejamento não é algo neutro, realizado apenas para cumprir fins burocráticos dentro da EI, mas sim uma atividade intrínseca a todo o ato de ensinar e formar sujeitos pensantes e emancipadores, que venham interagir e intervir no mundo a sua volta, e não somente executar ou repetir ações.

Em alguns dos relatos coletados, foi possível analisar que durante o momento dedicado ao planejamento, há também a interferência e/ou contribuição de políticas educacionais para a EI, neste caso especificamente a BNCC foi a citada com maior frequência.

Aqui na creche cada um de nós temos uma BNCC, pra tá na hora do nosso planejamento tá em mãos entendeu? Por que é ela quem nos dá literalmente a base para podermos planejar, pra que a gente saiba os objetivos que devem ser trabalhados, as competências, os direitos das crianças, então tudo no planejamento se relaciona com ela, e por isso cada um tem que ter uma, entende (p1).

Olha, por exemplo aqui pra nós na creche, eu posso dizer que a BNCC ela é um dos documentos que mais nos auxilia com relação ao nosso planejamento quinzenal, por que quando tu chega, tu planeja a atividade e tu vai lá nos parâmetros, tu vai lá na BNCC, ela já te dá os campos de conhecimento, de experiência, aquelas estratégias

que tu pode utilizar para atingir os objetivos que tu quer com aquela atividade lúdica que tu vai propor pros teus alunos (p5).

A partir destes trechos, identifica-se que a BNCC possibilita para as docentes subsídios que ajudam a desenvolver um bom planejamento, onde se estabeleça objetivos que darão as atividades lúdicas a intencionalidade pedagógica necessária para se promover um ensino significativo aos infantes. Sobre a intencionalidade pedagógica o próprio documento avalia que esta:

Consiste na organização e proposição, pelo educador de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com pessoas (BRASIL, 2017, p.39).

Logo, a finalidade das atividades lúdicas executadas pelas professoras, se justifica por meio desta intencionalidade pedagógica, a qual está significativamente interligada a objetivos pedagógicos, que vão desde a desenvolver o equilíbrio, coordenação motora, etc. objetivos estes que conforme relatado distanciem a prática educacional mediada pela ludicidade, de momentos que se reduzam a meros passatempo escolar, com ações “com um fim em si mesmo, a espera de resultados” (GUIMARÃES, FERREIRA, 2022, p.13).

A partir disso é possível perceber quão importante é o educador na EI, para que o processo base de escolarização da criança, seja de fato assegurado, bem como para que a concepção da creche apenas para o cuidado e o divertimento deixe de se propagar.

### **A BNCC na prática pedagógica da Educação Infantil.**

Atualmente vem se consolidando uma concepção da BNCC, que a caracteriza como um documento que foi instituído visando proporcionar à escola e aos professores, orientações sobre o que é de fato essencial com relação a educação de crianças, adolescentes e jovens, dando assim subsídios necessários para que se construa propostas curriculares que consigam melhorar a qualidade do ensino em todas as etapas da educação básica, estabelecendo assim praticas pedagógicas que alcancem a aprendizagem integral proposta pelo documento.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p.37).

Neste aspecto, avalia-se que com relação a Educação infantil este direcionamento é ainda mais crucial, considerando que esta é uma etapa base para os níveis seguintes de ensino, que precisa obter um trabalho pedagógico que conceba a criança como um ser de direitos, direito ao lazer, ao alimento, à higiene, e é claro a uma educação de qualidade. Durante a seleção de dados referentes ao segundo momento das entrevistas realizadas, o qual foi direcionado exclusivamente para as questões de foco da BNCC, identificou-se que as narrativas das entrevistadas concebem a BNCC a partir de duas dimensões:

Olha pra mim a BNCC, ela é uma ferramenta que vem ajudar a gente a direcionar o nosso planejamento, a nossa pratica em sala de aula, portanto se eu quero realizar com meus alunos uma atividade de pular ou de correr, eu vou no campo corpo, gestos e movimentos, pra me ajudar a nortear aquela atividade. Então em cima de cada campo, a gente vai fazer um planejamento, por que a gente não pode fazer nada solto, a gente faz com a BNCC do lado (p5).

A BNCC ela é o currículo base de uma escola, que nós enquanto professores temos que seguir, para assim garantir os direitos de aprendizagem que são garantidos para as crianças nela, como o brincar, o participar, o conviver, o expressar, etc (p1).

O entendimento que eu tenho da BNCC é justamente aquela questão que já te falei, ela é o eixo norteador pra gente né, ela é o suporte, que nos auxilia pra desenvolver as nossas atividades. É ela que vai ditar pra gente o parâmetro, olha é isso aqui que a educação infantil trabalha, é desse jeito que funciona, por conta disso e disso. Então pra mim é isso, ela é um suporte que vai me auxiliar a obter os conhecimentos necessários para guiar o meu trabalho (p2).

Nestas primeira dimensão, a BNCC é apontada como um documento norteador, o qual contribui em diversos aspectos com as práticas pedagógicas que são construídas, bem como com a própria formação das docentes. Tais aspectos vão desde o planejamento escolar, com as definição dos objetivos de aprendizagem a serem trabalhados, até à concretização do que foi proposto inicialmente. Logo, a expressão “a gente tem a BNCC do lado”, evidencia que se possui com o documento uma relação de diálogo permanente, visando assim obter maior

esclarecimento com relação as dúvidas e desafios que permeiam a trajetória de trabalho das entrevistadas.

Na segunda dimensão, embora este reconhecimento da importância da BNCC para a construção do currículo escolar também tenha sido observado, ainda sim houveram falas mais pertinentes, no sentido de apontarem que nem sempre este documento será suficiente para construir práticas educacionais que atendam as especificidades de cada aluno ou escola, o que evidencia que há uma discrepância entre as políticas educacionais que regem a educação básica, e a realidade escolar que perpassa as instituições brasileiras de ensino.

Muita coisa na BNCC é enfiado garganta a baixo. Por que assim toda vez que tu vai ler um livro, que tu vai ler uma matéria, ela tá muito bonita no papel, mas quando chega na realidade é diferente. Só que como somos brasileiros, e professor tem que dar jeito em tudo, a gente acaba adaptando com o que a gente tem, por que na teoria é muito bonito, mas na prática nem sempre dá pra fazer como tá no papel, por que veja só, se nós que temos uma realidade melhor, já enfrentamos dificuldades em alguns momentos, você imagina um professor do campo, então a BNCC ela é muito boa, mas precisa de adaptações, e essas adaptações quem tem que fazer somos nós (p5).

Segundo o próprio documento da BNCC “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2017, p.37). No entanto, a partir deste trecho e do relato da quinta entrevistada, faz-se necessário questionar: como atender a todas estas demandas, se nem sempre o poder público age em conformidade as suas propostas, assegurando as mínimas condições possíveis para que isso de fato se efetive em creches e pré-escolas?

Frente a esses dilemas a coordenadora da Coordenação-Geral de Educação Infantil (Coedi) Rita Coelho, em uma entrevista discorreu que “A BNCC dá a direção ao trabalho do professor, mas não determina o como” (VITÓRIA, 2016, p.7), Logo, o docente pode e deve conceber o documento como relevante para efetivar uma construção sólida de sua prática educacional, no entanto, é preciso que este também dialogue, se adeque, e até mesmo critique os procedimentos que são dados para a sua formação, e para a formação dos sujeitos desta etapa de ensino, conforme destaca a entrevistada p2 durante seu momento de fala:

A BNCC ela te dar um norte, ela te orienta, te direciona, mas ela não é uma receita, as vezes lá tá tudo tão bonitinho, tão mastigadinho pra você desenvolver sua metodologia, mas a experiência, o contato real com teus alunos, dita muito mais. Olha por exemplo aqui na creche, dentre as quatro escolas que eu trabalhei, ela foi a que me disponibilizou mais recursos, mas eu já estive em escolas que não tinha nada.

Então são situações que tu vai te deparar na tua realidade, e que não tá lá BNCC, infelizmente né (p2)

Conforme se apresenta, as percepções das entrevistadas p2 e p5, evocam um sentimento de revolta e indignação, colocando o professor também como sujeito de resistência frente aos discursos dominantes, presentes em muitos dos documentos que regem a educação, bem como também diante o próprio poder público que durante a construção/efetivação destas políticas educacionais, não dá voz suficiente para aqueles que realmente estão presentes no chão das escolas, desenvolvam propostas busquem soluções para as mazelas desta educação pública.

Deste modo, embora a implantação da BNCC nas instituições escolares seja tendenciosa a contribuir positivamente com o aprendizado das crianças, ainda sim por si só não se torna suficientemente capaz de abranger todos os alunos igualmente e assim concretizar uma educação para todos. Para que tal garantia se concretizasse faz-se necessário políticas educacionais mais efetivas, que venham a priorizar os alunos e suas realidades, investindo em materiais, adequação dos espaços, formação de professores, que irão gerar avanços na educação brasileira (MARQUES *et.al* apud AMANCIO; SOUZA,2020, p.12).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das narrativas sobre as práticas pedagógicas das entrevistadas, identificou-se que estas são construídas com base em aspectos de uma formação lúdica, que concebe o brincar como uma ação essencial para a criança, e seu bom desenvolvimento, bem como para a própria educação infantil, que precisa garantir à ela meios de experimentar momentos de lazer, de diversão, de sociabilidade e interação com outros sujeitos. Neste sentido, as atividades lúdicas propostas pelas docentes são planejadas visando proporcionar às crianças um ensino significativo, que as façam sentir sujeitos participativos do processo de escolarização, e que as estimule a buscar pelo conhecimento através dos objetivos de aprendizagem propostos pelas docentes.

Com relação a BNCC, constatou-se que há uma contribuição do documento na construção das práticas pedagógicas das entrevistadas, já que as mesmas à têm como uma política que reflete de forma norteadora com o currículo da creche, com o processo referente ao planejamento escolar, e também com o estabelecimento de objetivos que estejam de acordo com as atividades lúdicas e com as necessidades e os limites de seus educandos. Porém, apesar disso,

evidenciou-se que há circunstâncias em que o documento não supri com todas as necessidades e desafios presentes no chão das intuições de EI, o que de certa forma não é uma novidade para quem conhece as circunstâncias pelas quais o documento se consolidou.

A ausência de plenárias, a não democratização durante as discussões referentes a educação básica, transcendem que a construção da BNCC, foi um processo que negligenciou a participação de muitos dos educadores e afins nas etapas de planejamento (nada participativo), nas plenárias, nas audiências públicas e etc., o que revela que a base é um documento que foi constituído, contrariando toda uma realidade, alargando ainda mais o abismo que há entre o que se deseja nas políticas educacionais e o que realmente é possível frente as problemáticas que se revelam nas creches e pré-escolas, conforme destacado ao longo das transcrições apresentadas anteriormente.

Deste modo, em muitos processos de escolarização, apenas o empenho do professor, por meio de verbalizações, de planejamentos, aulas expositivas, ou de momentos intensos de interações que decorrem das brincadeiras jogos e etc. não é o suficiente para de fato se formar sujeitos ou pessoas melhores, críticos e preparados para o convívio social, pois também há a necessidade de uma participação mais efetiva por parte do poder público, para desenvolver ou adequar políticas públicas mais amplas, que venha entender a EI como um momento privilegiado da educação básica, o qual merece, ou melhor carece de atenção, com vista a direcionar melhores investimento em recursos materiais, humanos e de infraestrutura escolar aos pequenos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Amparo da Silva; SILVA, Antonia Maria Cardoso e. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Anais CONEDU... Campina Grande: Realiza Editora, 2019. Disponível em:<<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualiza>. Acesso em: 16/06/2023.

AMORIM, Ana Luísa Nogueira; DIAS, Adelaide Alves. Currículo e Educação Infantil: Uma Análise dos Documentos Curriculares Nacionais. **Revista Espaço do Currículo**, [S.L], V. 4, n.2, 2012. DOI: 10.15687/rec.v4i3.12330. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/12330>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. BNCC: apresentação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/video>, 2015. Acesso em 15 de junho de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de out. 1988. Brasília 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

BRASIL. Planalto do Governo. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei Federal n 13005, jun. 2014. Brasília: MEC, 2014

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. v.1.

BRITO, A. C. U; SOUZA, A. M. **A DIMENSÃO LÚDICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS DAS CRIANÇAS NA AMAZÔNIA AMAPAENSE**. Revista Exitus, Santarém/PA Vol. 12, p.1-25, 2022.

CONCEIÇÃO, Joecléa Silva; *et.al.* A importância do Planejamento no Contexto Escolar.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Jacqueline de Souza Batista; RASPANTE, Ana Luísa; SOUZA, Angélica Camila de. **Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil**. Revista Científica Multidisciplinar, Vol. 3, n.5, 2022.

GUIMARÃES, Rafaela Souza; FERREIRA, Lúcia Gracia. Práticas Pedagógicas e Ludicidade: Uma Conexão com a sala de aula. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol.12, p01-25, 2022.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida **O Jogo e a Educação Infantil**. Proposições, Vol. 6 n.2[17], 46-63, junho de 1995.

Kramer, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação infantil**. 14. ed. São Paulo. Ática, 2003.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Vol. 14, número 2. Jul-Dez 2015.

LIBÂNIO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e formação do educador**, Revista Entre ideias, FAGED/UFBA. Revista entre ideias: educação, cultura e sociedade, v.3, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ensinar, Brincar e Aprender**. Cad. De Filosofia e pisc. Da Educação, vitória da Conquista, Ano IX, n. 15, p.131-136, 2015.

MIRANDA, J. R; FERREIRA, P. S. **Prática educativa por meio da ludicidade na produção de textos**. Educon, Aracaju, Volume 13, n. 01, set/2019.

OLIVEIRA, Islânia; TEIXEIRA, Magda Vanessa; COSTA, Naelle. A importância da Ludicidade na Educação Infantil. **Campo do saber**, vol.8, numero1, pag. 61-71.

OLIVEIRA, V. R; PAIS, G. L. **A origem dos Maus-Tratos: Revisão Sobre a Evolução Histórica das Percepções de Criança e Maus-Tratos**. Psychology, community & Health, Vol. 3, p. 36-49, 2014.

OLIOSI, Simone Ribeiro. **A LUDICIDADE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS**. Revista Even. Pedagóg. Número regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas, Sinop, vol. 7, n.3 (20 ed.), p. 1307-1320, ago/dez.2016.

RIZZO, Gilda. **Creche: Organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSA, Adriana. **Lúdico & Alfabetização**. Curitiba: Juruá, 2003.

SANTANA, Djanira Ribeiro. **INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: A HISTÓRICA**

**CONSTRUÇÃO DO DIREITO DAS CRIANÇAS.** Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 60, p 230-245, dez 2014.

SILVA, José Ricardo; SOUZA, Lohani de Fabiana. **Aspectos Históricos da Educação Infantil no Brasil.** Colloquium Humanarum, vol. 14, n. Especial, Jul-Dez, 2017, p.188-194.

VIOLADA, Rosiane. **Brincadeiras e Jogos na Educação Infantil.** 2011. Disponível em [w.w.w.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1520#myGallery1-picture\(15\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1520#myGallery1-picture(15)). Acesso em 25 de abril de 2023.

VITÓRIA, T. Entrevista com Rita Coelho. **Debates em Educação,** Maceió, v.8, n.16, p. 1-10, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/2810/2145>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.